



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6694 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT03 - Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos

### **EDUCAÇÃO DO CAMPO: INDAGAÇÕES SOBRE OS PROJETOS DE VIDA DAS JUVENTUDES CAMPESINAS.**

Danillo Eder Pinheiro Carvalho - UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Regiane da Mota Queiroz Santiago - UNEB - Universidade do Estado da Bahia

Ilka Meyre Alves da Silva - UNEB - Universidade do Estado da Bahia

### **EDUCAÇÃO DO CAMPO: INDAGAÇÕES SOBRE OS PROJETOS DE VIDA DAS JUVENTUDES CAMPESINAS.**

Entre os estudiosos “das juventudes” é notório que não existe apenas uma juventude, mas sim várias, representando as diversas vivências sociais e identitárias que os jovens constroem heterogeneamente no meio social, portanto, configura-se um ato complexo uma vez que é entendido como uma construção social. Entretanto, nesta categoria as juventudes do campo são estigmatizadas como atrasadas e sem culturas, resultando em desmotivações pela permanência e perpetuação na maneira campestina de ser e conseqüentemente uma diminuição na organização e modos de produções relacionados ao campo.

É preciso ponderar a falta de estruturas sociais e políticas para se pensar como os jovens que habitam o campo brasileiro constroem suas juventudes e seus projetos de vida, pois os mesmos encontram-se entrelaçados com um sistema que dificulta almejar perspectivas futuras e de crescimento no ambiente em que vivem. A este respeito, Velho (2004, p.29) diz que “o projeto não é um fenômeno interno e subjetivo. Formula-se e é elaborado dentro de um campo de possibilidades”.

Para efeito, a educação pode ser um caminho transformador para tal situação pois muito mais do que a reprodução e ou transmissão de conhecimentos técnicos é também um espaço de disputa capaz de promover a formação/emancipação humana. E nesse aspecto, emancipar-se constitui uma ideia que se contrapõe com as que vem sendo instituídas sobre a tentativa de unificação de um currículo, de empresariamento da educação e de imposição de modelos dominantes, conforme depreende-se das novas orientações advindas da Base Nacional Comum Curricular - BNCC.

É nesse contexto que compreende-se o papel da Educação do Campo como elemento de contraposição ao processo hegemônico do agronegócio. Esta por sua vez, perpassa pela utilização da terra para o fim de produção de lavoura, pela preocupação com as questões

atinentes a um movimento de sustentabilidade, de não degradação ambiental e de respeito ao sujeito do campo que vive num espaço amplo em que se ver, integra, forma e reforma a partir de suas vivências em diversas dimensões, sejam culturais, econômicas e sociais.

E este contraponto se faz necessário tendo em vista que o agronegócio altera os espaços destinados às comunidades indígenas, quilombolas, reduz as regiões destinadas à agricultura familiar, sem perder de vista que há uma degradação ambiental provocada pelo crescente uso de agrotóxicos, incidindo na contaminação de rios, solo e florestas em geral. Quanto aos caminhos contemporâneos para o agronegócio, salienta Bava (2014, p. 3),

O agronegócio quer continuar abrindo novas fronteiras para o gado e plantações, degradando o meio ambiente, destruindo as florestas, contaminando as águas com agrotóxico, expulsando a agricultura familiar. As mineradoras querem entrar nas reservas indígenas e explorar de maneira predatória os recursos minerais do país. [...] E os empresários exportadores, principalmente de commodities, querem ferrovias, portos, energia, melhores condições que alavanquem seus negócios, tudo isso financiado pelo dinheiro público. [...].

A partir desse movimento de exploração da terra é que surge a Educação do Campo com práticas formativas que estimulam a reflexão acerca dos processos produtivos e contribuem para um movimento de resistência e de sobrevivência ante à força do capital. Nesse contexto, precisa encontrar-se articulada com as relações sociais produzidas em seu entorno. Assim, aborda Caldart (2015, p. 3),

Que processos produtivos estão em confronto na realidade atual do campo, quais suas características e contradições? Que lutas sociais estão sendo travadas pelos trabalhadores camponeses na sua resistência ativa à expansão destrutiva do capital sobre a agricultura? Que práticas formativas integram estes processos? Como a escola se articula (ou não) com as relações sociais que produzem seu entorno, com os processos culturais que constituem seus sujeitos?

Sendo assim, compreende-se o propósito da Educação do Campo, reconhecendo o papel do trabalho docente como agente capaz de contribuir para a natureza formativa dos sujeitos do campo, de modo que possam enfrentar um sistema socioeconômico que explora e que degrada o meio ambiente. Nesse sentido, salienta Ferreira (2015, p. 111),

Reafirmamos que o trabalho docente na Escola do Campo não pode abdicar da natureza formativa e política de tais objetivos, pois dessa natureza se origina toda uma organização do trabalho pedagógico escolar que deve ser planejada coletivamente pelos docentes, estudantes e outros sujeitos da escola e da comunidade, edificando uma perspectiva de educação escolar para a emancipação humana, para o enfrentamento e transformação da educação que deseduca e do sistema socioeconômico que explora e oprime.

Destarte, é a partir de um movimento de ruptura com os estigmas estabelecidos para as juventudes do campo, fruto de uma sociedade marcada pelo preconceito, pelo consumo e padronização de currículos, que de uma forma ou de outra ignoram, subvertem ou suprimem as especificidades dos sujeitos destinatários das políticas públicas de natureza educacional. Dessa forma, a Educação do Campo pode contribuir na construção dos projetos de vida dos estudantes, estimulando-os a uma reflexão de suas práticas e de seu papel de resistência e de enfrentamento do capital explorador ante à ocupação dos espaços destinados às vivências destas populações.

Nesse sentido, faz-se pertinente a seguinte questão: Que concepção de projeto de vida para as juventudes está presente na proposta de Educação do Campo protagonizada pela luta social de trabalhadoras e trabalhadores camponeses?

Para tanto, objetivamos discutir acerca das contribuições da Educação do Campo para o projeto de vida das juventudes camponesas, pautando tal discussão numa perspectiva de emancipação e da formação do sujeito a partir de seu papel no ambiente social e com a utilização de estratégias agrícolas que permitam a sobrevivência no campo e sua resistência ao agronegócio.

A metodologia do presente estudo encontra-se em andamento, caracteriza-se de natureza qualitativa, consiste na realização de pesquisa bibliográfica e análise documental, desenvolvida a partir do materialismo histórico – dialético, MHD, e utiliza-se das contradições inerentes ao processo de formação educacional das juventudes, para que se possa ao final, verificar como a Educação do Campo pode contribuir na construção dos projetos de vida dos (as) jovens camponeses (as), sobretudo em detrimento da nova BNCC.

Após a delimitação dos conceitos inerentes ao MHD e igualmente a verificação dos projetos de vida e como são abordados pela Base Nacional Comum Curricular, por fim, serão verificados de que forma estes se relacionam com a agroecologia que constitui, de forma sintética, um campo de conhecimento capaz de promover um espaço de transição entre as agriculturas convencionais para as agriculturas sustentáveis, configurando um contraponto e elemento de resistência ao avanço do agronegócio.

A partir dos estudos trazidos por Caporal (2004), Altieri (2001) quanto à agroecologia e dentro da perspectiva de uma Educação do Campo que seja capaz de contribuir na construção dos projetos de vida, espera-se ao final, uma análise crítica das diretrizes estabelecidas pela BNCC.

Diante do que foi mencionado é notório que o reconhecimento das juventudes como condição sócio-histórico-cultural de uma categoria de sujeitos, precisa ser bem demarcado no âmbito da Educação do Campo como forma de oferecê-los uma formação educacional que considere as suas múltiplas dimensões e especificidades.

Conforme dados do Censo (IBGE), entre 2000 e 2010 no Brasil aproximadamente um milhão de jovens deixaram o meio rural. A saída do campo rumo às cidades é um forte indicador de que não existe um conjunto de políticas públicas voltadas para a juventude do campo, desencadeando difíceis condições de vida.

Nesse contexto, é perceptível que o campo de possibilidades da juventude é estruturado a partir do reconhecimento de que o engajamento social desta categoria é um fator determinante para a superação de circunstâncias excludentes e a compreensão do campo como lugar de vida, onde as pessoas podem morar, estudar e trabalhar, fortalecendo permanentemente a sua identidade cultural.

Contudo, é imprescindível mencionar a importância das políticas educacionais nesse processo. A Base Nacional Comum Curricular, documento normativo que define as aprendizagens essenciais que os estudantes precisam desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, não deve ser concebido como único meio legal para direcionar o ensino, nem mesmo como documento cristalizado, mas como um referencial que precisa ser preenchido nas suas lacunas ao longo do processo educacional, sobretudo para atender às demandas da Educação do Campo.

Embora a BNCC afirme o seu compromisso com a educação integral dos educandos

deve-se estar atento ao modelo de educação que se pretende institucionalizar no bojo do sistema capitalista e refletir até que ponto a mesma não reforça as estruturas dominantes do agronegócio e conseqüentemente o enfraquecimento do campo de possibilidades das juventudes enquanto categoria social e heterogênea.

A sociedade contemporânea vive um cenário muito complexo no que tange à formulação e implementação de políticas que atendam às diversidades. A educação vem sendo afetada pela tentativa de homogeneização e padronizações de sistema de ensino, porém, é justamente nesse contexto adverso que surge a necessidade da construção de propostas curriculares que dialoguem com as demandas das juventudes do campo.

Trata-se, portanto, de adotar uma noção ampliada e plural de juventudes, o que implica organizar uma escola que acolha as diversidades e que supere a ideia de “juventude” como rito de passagem da infância à maturidade. Os jovens precisam ser concebidos como interlocutores legítimos e sujeitos atuantes no movimento de luta pela construção de um currículo escolar que lhes dê visibilidade e que atenda às suas demandas no seio dos processos formativos. Conforme Dayrell (2003, p. 42),

A juventude constitui parte de um processo mais amplo de constituição de sujeitos, mas que tem especificidades que marcam a vida de cada um. A juventude constitui um momento determinado, mas não se reduz a uma passagem; ela assume uma importância em si mesma. Todo esse processo é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que este proporciona.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, nº 9.394/96, no seu artigo 28 estabelece o direito dos povos do campo a uma oferta de ensino adequada à sua diversidade sociocultural. Nesse sentido, o currículo da escola deve ser pensado a partir de um movimento dialógico entre os marcos legais específicos da Educação do Campo e as juventudes que emergem dentro do contexto campestre.

A partir dos parâmetros legais e político-pedagógicos historicamente construídos numa trajetória de lutas, a Educação do Campo deve acolher as juventudes e realizar um trabalho efetivo de orientação acerca da construção de projetos de vida que englobem eixos estruturantes na vida dos jovens, como o estudo, o trabalho como princípio educativo e as escolhas de estilos de vida saudáveis, sustentáveis ecologicamente e éticos.

A Educação do Campo deve, pois, firmar-se como política pública que respeita as especificidades das juventudes e contribui efetivamente no processo de construção de projetos de vida que deem a possibilidade aos jovens de ocuparem os espaços de decisão dentro da sociedade, assumindo assim o seu papel social, resultado de um modelo de educação edificante e transformador.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Educação do Campo visa assumir o grande desafio de contribuir efetivamente para a construção de projetos de vida alicerçados na identidade valorativa das juventudes campestres, visto que estas não devem ser concebidas meramente como vidas gestadas para alimentar o capital.

O projeto de vida como eixo estruturante do currículo perpassa pela necessidade da escola oportunizar vivências que favoreçam ao engajamento social dos estudantes, a partir da formação de grupos de estudos, representatividade no colegiado escolar, grêmios, lideranças estudantis e estendendo-se à comunidade com o estímulo à participação dos jovens nas

associações, cooperativas, sindicatos, enfim na vida social, cultural e política do meio em que vivem, buscando-se a conquista de políticas públicas para atender às suas reais e coletivas necessidades.

Cabe à escola impulsionar o movimento contínuo de construção da identidade valorativa do jovem campesino, bem como o delineamento de projetos de vida através do estímulo ao pensamento crítico, numa relação dialógica entre o passado, o presente e o futuro, compreendendo o sujeito como um ser histórico.

Vale ressaltar que nesse processo é crucial a compreensão da própria história de vida e a busca do sentido da sua existência como um ser social, capaz de transformar os múltiplos aspectos da vida pessoal e comunitária voltados ao desenvolvimento e a vivência sustentável no campo.

Desse modo, é importante destacar que o trabalho com projetos de vida dentro da concepção da Educação do Campo tem como propósito contribuir para que os estudantes tenham o direito de viver “as suas juventudes” com dignidade e sejam capazes de projetar o seu futuro levando em consideração o desenvolvimento integral, o fortalecimento da cidadania, o combate à exclusão social, à violência física e simbólica que atinge brutalmente esta categoria social, sobretudo no campo, onde dados estatísticos apontam o maior índice de pobreza e de analfabetismo.

Nesse contexto, o grande desafio na verdade é a mudança do modelo de educação presente no campo, visto que historicamente a escola revelou-se como instituição reforçadora da subserviência da população campesina para atender à lógica do capitalismo, fenômeno este reproduzido por diversas políticas educacionais que ao longo do tempo dificultaram a visibilidade da educação do campo.

Portanto, a escola precisa fortalecer-se como espaço de luta e efetivar o seu papel social na vida dos estudantes, visto que na maioria das vezes esta instituição apresenta-se como principal espaço de acesso ao conhecimento formal, como única possibilidade de ampliação do universo cultural e meio de ascensão social e profissional das juventudes campesinas. Para Arroyo, Caldart e Molina, (2011, p. 12-13),

A Educação do Campo traz, então uma grande lição e um grande desafio para o pensamento educacional: entender os processos educativos na diversidade de dimensões que os constituem como processos sociais, políticos e culturais; formadores do ser humano e da própria sociedade.

Nessa perspectiva, a Educação do Campo apresenta-se como uma política pública indutora de outras políticas necessárias às juventudes do campo, cabendo aqui destacar a importância do Estatuto da Juventude como um documento referencial que pode fortalecer a luta pela garantia de direitos, a partir da valorização e promoção da participação social e política, bem como do reconhecimento do jovem como sujeito de direitos, digno de ocupar uma posição central nos processos políticos e sociais nas diversas esferas da sociedade.

Projetar a própria vida, mesmo nas contradições do presente é um fenômeno essencial para o protagonismo juvenil, à medida que possibilita uma análise crítica da realidade, a ampliação da leitura de mundo e o desenvolvimento da capacidade de superar determinados preconceitos que paralisam o potencial transformador imerso em cada sujeito.

Portanto, a inclusão dos (as) jovens nos espaços públicos e comunitários, em prol da defesa dos direitos das juventudes deve ser um dos objetivos centrais do trabalho com projetos de vida no contexto escolar, como forma de contribuir na abertura de um rol de

possibilidades para que as juventudes campesinas possam se (re) firmar e viver dignamente no campo.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (orgs.). **Por uma educação do campo**. 5ª ed., Pretópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2011.

BAVA, S. C. **Editorial: Lições de uma campanha**. In: Le Monde Diplomatique Brasil. São Paulo. Ano 8, número 88, novembro 2014, p. 3.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em 21 de julho de 2020.

BRASIL. Diagnóstico situacional e diretrizes para políticas públicas para as juventudes rurais brasileiras. **Publicado pela Secretaria Nacional da Juventude**. Disponível em: [https://social.mg.gov.br/images/Direitos\\_humanos/coordenadoria\\_politica\\_dos\\_direitos\\_da\\_juve](https://social.mg.gov.br/images/Direitos_humanos/coordenadoria_politica_dos_direitos_da_juve) Acesso em 14 de agosto de 2020.

CALDART, R. S.; M. E. e D., D.(org.) **Caminhos para transformação da escola 2: agricultura camponesa, educação politécnica e escolas do campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2015, p. 115-138. Com algumas revisões, foi anteriormente publicado em: VENDRAMINI, C. R. e AUED, B. W. (org.) **Temas e problemas no ensino em escolas do campo**. São Paulo: Outras Expressões, 2012, p. 23-57.

CASTRO, E. G. **Os jovens estão indo embora?: juventude rural e a construção de um ator político**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica; EDUR, 2009.

DAYRELL, J. **O jovem como sujeito social**. Revista Brasileira de Educação. set./out./nov./dez. 2003, (40 – 52p).

FERREIRA, M. J. L. **DOCÊNCIA NA ESCOLA DO CAMPO E FORMAÇÃO DE EDUCADORES: Qual o lugar do trabalho coletivo?** 2015. 235 p. Tese (Doutorado em Educação pela Universidade de Brasília), Brasília, DF. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/20063>.

VELHO, G. **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

**Palavras-chave: Educação do Campo. Juventude. Projetos de vida.**